

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL DE CRICIÚMA –**

COMSEA

Nº08

11/09/2025

Ao décimo primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Criciúma – COMSEA, de forma presencial. Estavam presentes os (as) seguintes conselheiros (as): Adaise Felipe Graciano (Núcleo Serramar da Rede Ecovida de Agroecologia); Caroline Vicente Guidi (Procuradoria-Geral do Município); Chantele Cerqueira de Lima Barzan (Cooperativa Nova Vida); Dienifer Aparecida Biancato Hann (Hospital São José); Heluza Brunelli Justo (ABADEUS); Janara Marques de Souza (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE); Juliana Dagostim Daminelli (Cooperativa Nosso Fruto); Leandro da Silva João (Centro Acadêmico de Nutrição – UNESC); Liz Corrêa Fabre (Conselho Regional de Nutricionistas – CRN 10); Livia Quarti Miguel (Associação Feminina de Assistência Social – AFASC); Regiane Aparecida de Assis (Secretaria do Meio Ambiente – DMACRI); Rita Suselaine Vieira Ribeiro (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC); Samira Gomes Rabelo (Secretaria Municipal de Educação); Vanessa Ferreira do Nascimento (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI); Vitória de Oliveira Chagas (Diretoria de Agricultura); Tatiane Catanhetti Rosso Giassi (Secretaria Municipal da Fazenda). Convidados (as): Emanuel Fernando Rocha (Centro Acadêmico de Nutrição – UNESC). Após a confirmação do quórum, a presidente Liz Corrêa Fabre (Conselho Regional de Nutricionistas – CRN 10) deu início à reunião, saudando os presentes e relembrando a necessidade das assinaturas da ata nº 07/2025 e do caderno de presenças. Em seguida, tratou-se da indicação de um novo membro como representante do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), sendo sugerido o presidente da Liga Acadêmica Multidisciplinar LGBTQIA+ para compor o conselho. A proposta foi deliberada e aprovada por unanimidade pelos conselheiros. O ponto seguinte tratou da regulamentação da Lei da Seletividade, pauta que já havia sido discutida em reunião anterior. A Presidente destacou que a Procuradoria do Municí-

32 pio apresentou um parecer que não contemplava as sugestões previamente encaminhadas.
33 Assim, foi realizada uma reunião com a Promotora para reestruturar o documento, que
34 ainda não está pronto. O principal ponto levantado pelo COMSEA referia-se à aplicação
35 da Lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o qual não obteve parecer
36 favorável da promotora. A regulamentação da Lei da Seletividade segue em processo e
37 com a devida regulamentação, passará a ter abrangência em todo o município, incluindo
38 escolas públicas e particulares. A conselheira Samira Gomes Rabelo (Secretaria da Edu-
39 cação) deu continuidade ao assunto, relatando que, conforme reunião entre a servidora
40 Andréia (Secretaria da Educação) e a Procuradora, foi constatado que a instrução norma-
41 tiva anteriormente apresentada não estava correta, sendo necessário que o instrumento ju-
42 rídico fosse um decreto. Informou ainda que foram retirados do documento alguns itens
43 sugeridos pelo COMSEA, especialmente aqueles referentes à Lei do PNAE e, por exem-
44 plo, a exigência de laudo médico. A conselheira Samira fez algumas modificações na re-
45 dação do decreto. Havia sido inserido que o aluno deve estar regularmente matriculado
46 em instituição de ensino pública ou privada no município, porém a Secretaria de Educa-
47 ção não tem como responder pela rede privada. Também solicitou a retirada da parte que
48 atribuía à Vigilância Sanitária a função de fiscalização, já que sem a devida participação
49 da mesma na elaboração do documento, não é possível deliberar o trabalho. Em relação
50 às creches, teria que ser juntamente com a AFASC. Nas recomendações, sobre a questão
51 da higienização dos materiais utilizados por crianças com autismo, por causa da seletivi-
52 dade, e a possibilidade de liberação para que elas possam trazer seus próprios utensílios
53 para a refeição, como pratos, talheres e copos, foi questionado se esses utensílios não po-
54 deriam ser lavados nas escolas da mesma forma que os demais. A Presidente comentou
55 que acredita ser melhor que a criança leve de volta para casa os seus utensílios, para que
56 não haja possibilidade de perca ou extravio. Assim, o assunto ficou em aberto para futu-
57 ras deliberações. No fim, comentou-se que o decreto que está sob análise da Procurado-
58 ria, não havendo retorno até o momento. A conselheira Samira notificou sobre a existên-
59 cia de um protocolo interno da Secretaria da Educação, que será aplicado nas escolas mu-
60 nicipais, mas que não será incluído no decreto, por ter que ser resumido. Segundo a Presi-
61 dente, se o decreto garantir a regulamentação da Lei do PNAE, isso proporcionará maior
62 segurança quanto à qualidade dos alimentos oferecidos. A conselheira Samira leu a reda-

ção do decreto sobre essa parte dos alimentos oferecidos. A conselheira Samira incluiu no texto o fornecimento dos alimentos quando a unidade de ensino não dispuser de alimentação compatível com o padrão alimentar do estudante, permitindo que, nesses casos, o aluno possa trazer sua alimentação de casa. Conforme estabelecido no protocolo da Secretaria da Educação, essa prática deverá seguir regras específicas quanto à higiene e segurança alimentar. A conselheira Samira relatou que o questionamento de alguns pais acerca da possibilidade de seus filhos levarem alimentos de casa foi chegado a um entendimento por eles, visto que se trata da saúde dos próprios filhos. Foi questionado sobre os laudos inseridos na lei, e a conselheira Samira informou que o texto do decreto contempla apenas o laudo do nutricionista, não foi citado o laudo médico, mas que é aceito. Retomando a palavra, a Presidente demonstrou interesse em saber como está o andamento do Plano Municipal de Segurança Alimentar, que, conforme informado em reunião anterior, a conselheira Maria Antônia (Secretaria de Assistência Social) havia se comprometido a enviar ao promotor Douglas Roberto Martins (5ª Promotoria de Justiça). Como a conselheira Maria não conseguiu comparecer à reunião, a presidente informou que questionará no grupo, a fim de que todos tenham conhecimento do andamento. Em seguida, deu-se abertura à pauta de Assuntos Gerais. Com isso, a conselheira Rita Suselaine Vieira Ribeiro (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC) mencionou o Dia Mundial da Alimentação, celebrado em 16 de outubro, informando que haverá uma programação promovida pela Liga Acadêmica de Segurança Alimentar e Nutricional em parceria com o Curso de Nutrição. Na quinta-feira, às 14h, será realizada uma oficina culinária, sendo disponibilizadas cinco vagas para o COMSEA. Após, no período da noite, ocorrerá um evento no Auditório Rui Hulse, na UNESC, com a presença do banco de alimentos de forquilha e apresentará seu trabalho. Também haverá uma discussão sobre a saída do Brasil do Mapa da Fome e o compromisso dos profissionais sobre a temática, com convite estendido a todos os presentes. A Presidente também informou que está previsto, dentro do planejamento da Secretaria de Saúde, um evento em parceria com os grupos de Saúde nos Parques, no qual cada parque, juntamente com os profissionais dos distritos nas áreas de Educação Física e Nutrição, trabalhará a temática da alimentação saudável, com data marcada para o dia 15 de outubro de 2025. A conselheira Vanessa Ferreira do Nascimento (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI) co-

94 mentou sobre o quarto encontro de Agroecologia, no dia 2 de outubro, na sede da Co-
95 perccocal em Cocal do Sul, aberto para toda região com feira da agricultura familiar, troca
96 de sementes e almoço incluso, mais informações serão colocadas no grupo do Conselho.
97 A conselheira Rita sugeriu uma avaliação de quem conseguiu comparecer à Agroponte e
98 uma das conselheiras informou que a Cooperativa Nova Vida participou e que foi um su-
99 cesso. Comentou que o local já está pequeno devido ao grande público e número de bar-
100 racas, por já ter abrangência nacional, não mais só municipal ou estadual. A conselheira
101 Rita também sugeriu uma visita ao Horto Florestal de Forquilha, no dia 9 de outubro
102 de 2025, na próxima reunião, no período da manhã, com o objetivo de conhecer a planta-
103 ção de mini verduras e outros produtos alimentícios. Ficou acordado que a conselheira
104 Adriana Amboni (Gabinete do Prefeito) será responsável por entrar em contato com o
105 Horto Florestal, enquanto a organização do transporte ficará sob a responsabilidade da
106 conselheira Livia Quarti Miguel (Associação Feminina de Assistência Social – AFASC).
107 A Presidente comunicou ainda que haverá uma roda de conversa ministrada pela Univer-
108 sidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com o tema “Políticas Públicas e Doença
109 Celíaca”, a ser realizada de forma online no dia 24 de outubro de 2025, das 19h às 20h30.
110 Na sequência, a conselheira Livia Quarti Miguel (Associação Feminina de Assistência
111 Social – AFASC) comentou sobre a eleição do Conselho de Alimentação Escolar – CAE
112 na semana passada e que ela e a conselheira Vanessa conseguiram estar em uma cadeira,
113 comunicando que algum assunto relevante poderá ser levado ao Conselho. A Presidente
114 questionou sobre a atual situação da regulamentação da seletividade pelo Conselho de
115 Alimentação Escolar – CAE. A conselheira Livia comentou que como houve apenas a
116 primeira reunião ainda não foi discutido especificamente, mas que as nutricionistas das
117 redes estão discutindo o assunto. A conselheira Samira relatou que como primeira gestão,
118 foi comentado, mas não discutido de forma abrangente. A conselheira Rita informou que
119 na última terça-feira, dia nove, foi tomado posse como conselheiros e nova gestão do
120 Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA Estadual, com ple-
121 nária em seguida, sendo discutido a alimentação nas escolas estaduais. A conselheira Sa-
122 mira comentou que a Secretaria de Educação está enfrentando algumas adversidades nas
123 escolas municipais, principalmente em relação à alimentação de professores. Ela explicou
124 que as serventes estão sendo forçadas a preparar refeições a mais para os professores,

125 bem como para estagiários, situação que gera desconforto e dúvidas, já que a legislação
126 menciona o "comer pedagógico" como um ato de estímulo ao aluno durante a refeição, e
127 não como um direito de os professores se alimentarem antes das crianças. Destacou ainda
128 que não há decreto municipal que regulamente ou proíba expressamente essa prática. A
129 conselheira Livia informa que na lei do PNAE fala que a verba é destinada a alimentação
130 das crianças, mas que também não cita a alimentação dos profissionais. A Presidente su-
131 geriu conversar com a Secretária de Educação ou que leve ao CAE, por ser um conselho
132 deliberativo. A conselheira Samira comentou que existe decreto prevendo que, nos casos
133 em que houver sobra de alimentos, visando evitar desperdício, os profissionais podem
134 consumir o excedente, mas que não existe no município de Criciúma. Comentou que em
135 uma das escolas que foi relatado sobre este problema, a própria diretora orientou as me-
136 rendeiras a fazerem comida a mais para os profissionais, que comem antes das crianças. A
137 conselheira Heluza Brunelli Justo (ABADEUS) comenta sobre a 17º Paella da ABA-
138 DEUS, que acontecerá no dia 20 de setembro, na Rua da Gente, no Parque das Nações
139 em forma de drive thru. O conselheiro Leandro da Silva João (Centro Acadêmico de Nu-
140 trição – UNESC) comenta também sobre a Jornada Acadêmica do curso de Nutrição, que
141 foi um sucesso, com mais de 600 inscritos nas palestras e nos eventos realizados, com au-
142 ditórios lotados. A conselheira Rita também informa que completou 38 anos como nutri-
143 cionista, recebendo os parabéns de todos os presentes. Sem mais nada a tratar, a Presiden-
144 te agradeceu a colaboração e a presença dos conselheiros e encerrou a reunião. E eu,
145 Adriana Amboni, redigi a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos
146 os presentes.

147
148 Tatiane Scarpari Magagnin (Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas);
149 Adaise Felipe Graciano (Núcleo Serramar da Rede Ecovida de Agroecologia);
150 Sabrina Teodosio Silva Pagani (Gabinete do Prefeito);
151 Caroline Vicente Guidi (Procuradoria-Geral do Município);
152 Chantele Cerqueira de Lima Barzan (Cooperativa Nova Vida);
153 Dienifer Aparecida Biancato Hann (Hospital São José);

- 154 Rita Suselaine Vieira Ribeiro (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC);
- 155 Gabrielle Moneretto (Secretaria Municipal de Saúde);
- 156 Heluza Brunelli Justo (ABADEUS);
- 157 Janara Marques de Souza (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE);
- 158 Juliana Dagostim Daminelli (Cooperativa Nosso Fruto);
- 159 Leandro da Silva João (Centro Acadêmico de Nutrição – UNESC);
- 160 Lineane de Almeida (Centro Acadêmico de Nutrição – UNESC);
- 161 Liz Corrêa Fabre (Conselho Regional de Nutricionistas – CRN 10);
- 162 Livia Quarti Miguel (Associação Feminina de Assistência Social – AFASC);
- 163 Adriana Amboni (Gabinete do Prefeito);
- 164 Amanda Bianchini (Asilo São Vicente de Paulo);
- 165 Antônio de Araújo (Associação de Produtores da Linha Cabral – ALICA);
- 166 Regiane Aparecida de Assis (Secretaria do Meio Ambiente – DMACRI);
- 167 Rita Suselaine Vieira Ribeiro (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC);
- 168 Samira Gomes Rabelo (Secretaria Municipal de Educação);
- 169 Vanessa Ferreira do Nascimento (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de
170 Santa Catarina – EPAGRI);
- 171 Vitória de Oliveira Chagas (Diretoria de Agricultura);
- 172 Tatiane Castanheti Rosso Giassi (Secretaria Municipal da Fazenda);
- 173 Maria Rosa Fernandes Mendes (Pastoral da Saúde – Diocese de Criciúma);
- 174 Renato Costa (Entidade Negra Batista).